Painel 2: Auditoria Coordenada sobre Violência Baseada no Gênero

8 de outubro de 2025

Prevalência e definições

Prevalência global
1 em cada 3 mulheres é sobrevivente de violência baseada no gênero (VBG), uma das violações de direitos humanos mais generalizadas e devastadoras da atualidade.

O que é VBG?
Qualquer ato que cause dano ou **sofrimento físico, sexual, psicológico ou econômico a uma mulher**, independentemente de a violência ocorrer na esfera pública ou privada.

Contexto e Causas Primárias da VBG

- Aumento do autoritarismo e retrocesso nos valores democráticos
- Desigualdade de gênero e desequilíbrio de poder
- Normas patriarcais e misoginia
- Impacto desproporcional sobre mulheres e meninas
- Fatores interseccionais
- Continuidade da violência em espaços offline e online

Progressos

Mudanças nos últimos 5 anos

- **90% dos Estados afirmam ter implementado ou fortalecido leis**, políticas e mecanismos de aplicação e fiscalização [aumento em relação aos 83% em 2019].
- **79% dos Estados** introduziram, atualizaram ou expandiram **planos nacionais de ação** [aumento em relação aos 68% de 2019].
- **70% dos Estados declaram ter adotado medidas contra novas formas de violência,** que ocorrem ou são amplificadas pelo uso da tecnologia, incluindo atuação na legislação.

Brechas e oportunidades perdidas

- **Mais de 1 EM CADA 8 MULHERES entre 15 e 49 anos foi vítima de violência física e/ou sexual** por um ex ou atual parceiro nos últimos 12 meses, em todo o mundo (12.5%).
- **Quase 1 EM CADA 5 MULHERES entre 20 e 24 anos casou-se ou viveu em união estável pela primeira vez antes dos 18 anos (18,6%)**, uma redução em relação aos 22% registrados em 2014.
- Todos os anos, cerca de **4 milhões de MENINAS são submetidas à mutilação genital, sendo mais de 2 milhões antes dos 5 anos de idade** [60% dos casos na África e 35% na Ásia].
- Em 2024, apenas **26% dos 121 países possuíam sistemas abrangentes para direcionar recursos** à igualdade de gênero - sem alteração desde 2021.
- **A VBG representa custos de até 3,7% do PIB nacional** em termos de saúde, justiça e perda de produtividade.

Estruturas normativas estabelecem parâmetros de referência para governos

1976: ICCPR (Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos - 1966) entra em vigor em 1976

1976: ICESCR (Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - 1966) entra em vigor em 1976

1981: CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher - 1979) entra em vigor em 1981

1991: Resoluções da Assembleia Geral da ONU sobre a eliminação da violência contra as mulheres são adotadas regularmente a partir de 1993 (em especial a Resolução 48/104 - Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres)

1992: Recomendação Geral nº 19 (CEDAW) - A violência contra as mulheres como forma de discriminação

1994: Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD)

1995: Declaração e Plataforma de Ação de Pequim

2000: Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas – 2000 (Mulheres, Paz e Segurança - WPS) com resoluções subsequentes em 2008, 2009, 2013, 2015, 2019, etc.

2013 - 2014: Declaração Política sobre a Eliminação da Violência contra Mulheres e Meninas (adotada na CSW57 - 2013 e reafirmada na CSW67 em 2023 e na CSW68 em 2024)

2015: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

- ODS 5.2: Eliminar todas as formas de violência contra mulheres e meninas
- ODS 16.1: Reduzir todas as formas de violência

2015: Plano de Ação Regional da ASEAN para a Eliminação da Violência contra as Mulheres (RPA-EVAW)

2017: a Recomendação Geral nº 35 da CEDAW acrescenta em seu escopo a VBG no ambiente online

2019: Relatório do Secretário-Geral da ONU sobre liberdade de expressão destaca o papel das plataformas online na incitação à violência e à discriminação

2021

- Convenção nº 190 da OIT sobre Violência e Assédio de 2019 (entra em vigor em 2021)
- A Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o Combate à Desinformação convoca plataformas online a alinharem seus modelos de negócios com os princípios dos direitos humanos.

2022: Relatório do Secretário-Geral da ONU determina que a organização colabore com Estados, sociedade civil e provedores de tecnologia para desenvolver normas globais de combate à violência de gênero online

2023: Relatórios do Relator Especial e da CSW67 destacam desinformação de gênero, violência de gênero online e necessidades regulatórias

2024: importantes avanços incluem a CEDAW GR40, a Convenção das Nações Unidas sobre o Crime Cibernético, a Resolução do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e a Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas enfatizando esforços jurídicos, estatísticos e de governança em relação à violência de gênero online

2024: Convenção da União Africana sobre o Fim da Violência contra Mulheres e Meninas (AU-CEVAWG)

2024: O Pacto para o Futuro e o Pacto Digital Global delineiam um marco para a governança global da tecnologia digital e IA, demandando medidas urgentes contra a violência de gênero facilitada pela tecnologia.

2025: Declaração Política da Comissão sobre o Estatuto da Mulher (CSW69)

Recomendações para auditores de VBG

Marcos legais e políticos

- Analisar leis sobre prevenção, criminalização e acesso à justiça para eliminar lacunas na prevenção.
- Garantir o alinhamento com a Plataforma de Ação de Pequim (CEDAW) e tratados de direitos humanos.

Serviços de apoio a sobreviventes

- Avaliar a disponibilidade de serviços para sobreviventes e sistemas de denúncia.
- Garantir confidencialidade, não discriminação e soluções seguras.

Capacidades/recursos institucionais

- Auditar orçamentos direcionados à VBG e linhas de financiamento rastreáveis.
- Capacitar insituições jurídicas, policiais, de saúde e organizações da sociedade civil (OSCs).
- Promover a construção de sistemas de dados, assim como pesquisa e inovação.

Recomendações para auditores de VBG

continuação

Fiscalização & *Accountability*

- Avaliar a supervisão parlamentar e institucional sobre o progresso no enfrentamento à violência baseada no gênero.

Regulamentação & Coordenação

- Analisar a coordenação entre os setores social, de justiça e de saúde a fim de assegurar a responsabilização dos atores estatais e privados.

Mudança normativa & Prevenção

- Avaliar os esforços para combater estereótipos de gênero e causas estruturais da violência, promovendo igualdade, relações respeitosas e o engajamento de homens e meninos por meio da defesa de direitos, da educação e de iniciativas comunitárias.

Proteção de mulheres e meninas

- Avaliar as medidas institucionais de proteção para grupos vulneráveis, incluindo mulheres e meninas, verificando em que medida existem mecanismos de monitoramento, treinamento e apoio personalizado.

Orçamentos sensíveis ao Género (OSG) – VBG nos PALOP e Timor Leste

Definindo OSG

Uma abordagem de governança fiscal que considera e aborda **a igualdade de gênero na concepção, alocação e monitoramento dos orçamentos públicos e gastos públicos** .

Uma aplicação da integração da perspectiva de **género nas finanças públicas** com destaque para o orçamento (despesas e receitas).

Integrar uma **perspectiva de gênero em cada etapa do ciclo orçamentário** .

"Orçamento sensível ao gênero é um bom orçamento"

O que é orçamento sensível ao género?

Um instrumento de política pública para:

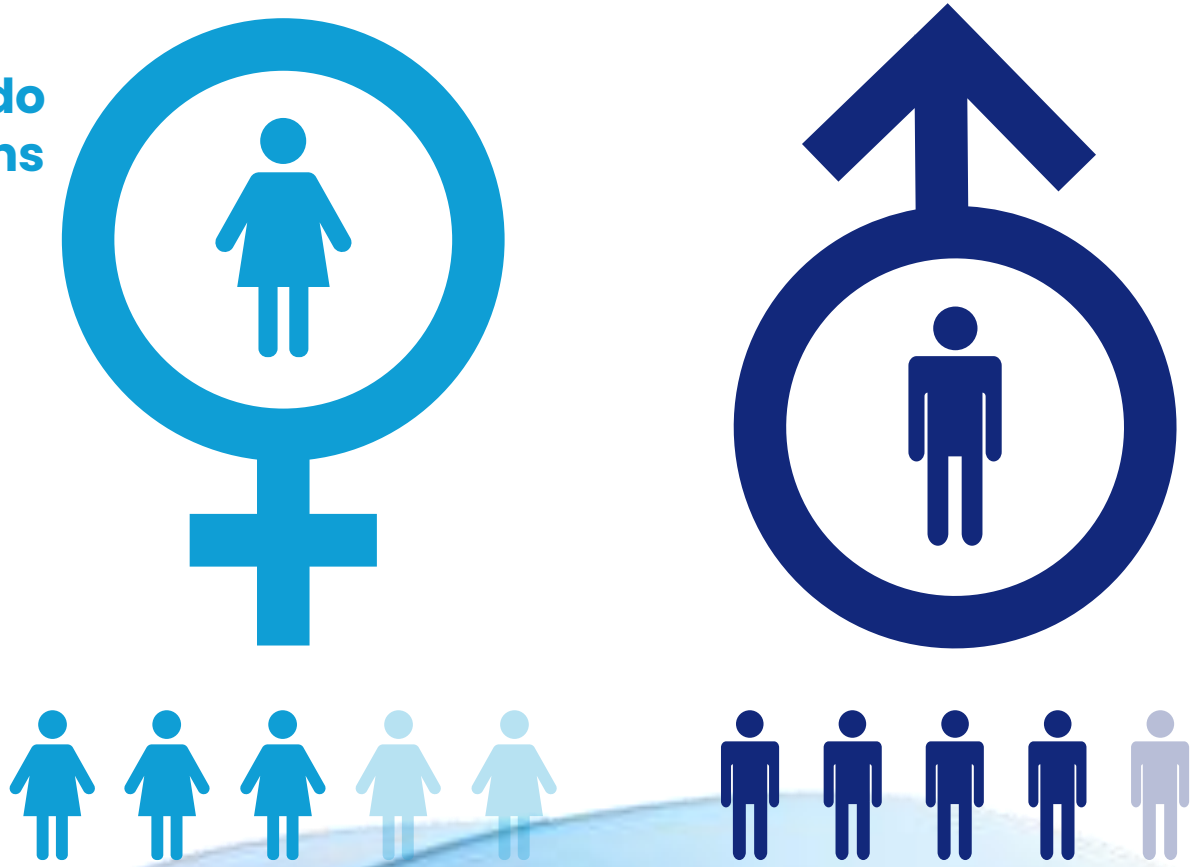
- Avaliação do impacto de gênero, políticas, regulamentos e orçamentos
- Garantir políticas, regulamentos e orçamentos:
  - Não perpetuar as desigualdades de gênero
  - Contribuir para uma sociedade mais igualitária em termos de género para todos

GRB pode ser o nível nacional e municipal

OSG não é....

Um orçamento separado para mulheres e homens

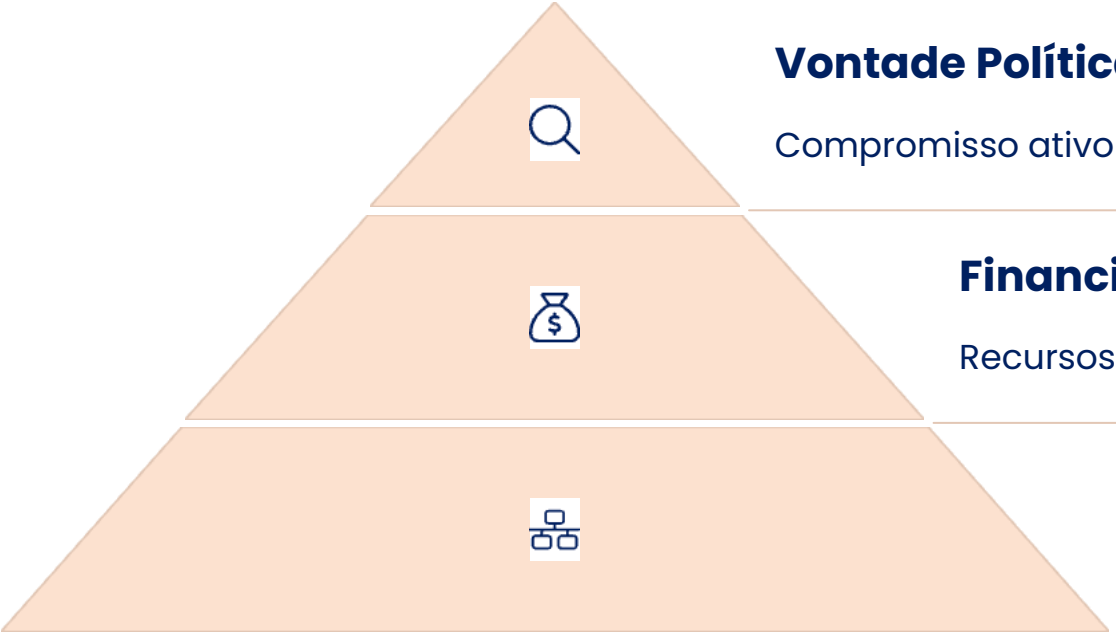
Uma medida para aumentar os gastos gerais do governo



Um foco nos gastos orçamentários apenas em questões femininas

Sobre a redução das dotações orçamentais ou o aumento dos impostos sobre os homens

Condições-Chave para Orçamentos Eficazes combate a VBG



Vontade Política e Planificação Estratégica

Compromisso ativo de ministérios e governos

Financiamento Adequado

Recursos específicos, contínuos e monitoráveis

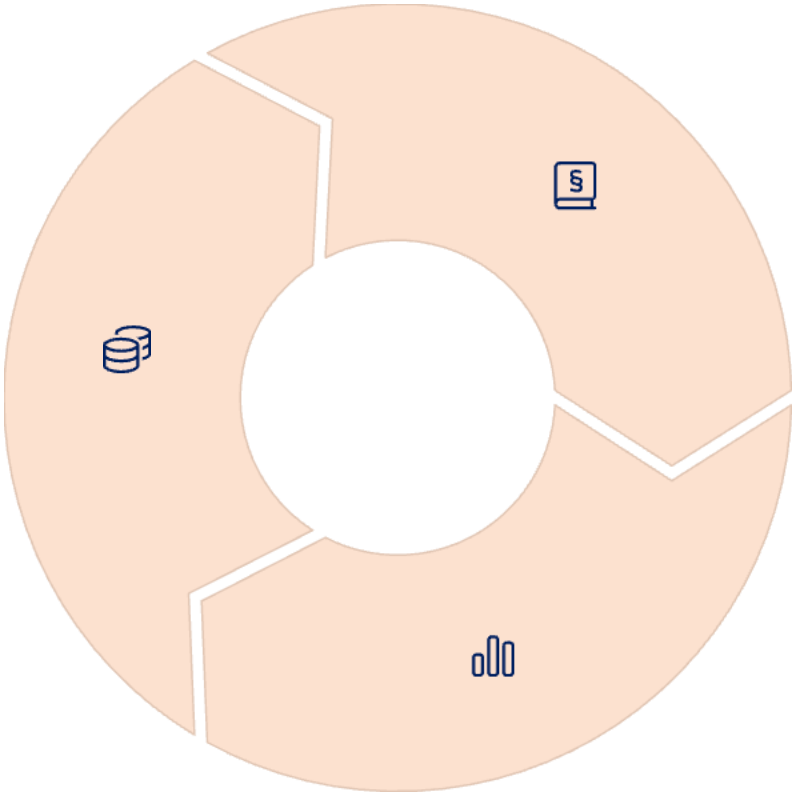
Coordenação Multissetorial

Envolvimento de diferentes setores e sociedade civil

Para que os orçamentos sejam verdadeiramente eficazes no combate à VBG, é necessário que exista uma forte vontade política que se traduza em liderança institucional. Esta vontade deve ser acompanhada por financiamento adequado e sustentável, com recursos claramente identificáveis nos orçamentos públicos.

A coordenação multissetorial garante que diferentes áreas (saúde, justiça, educação, assistência social) trabalhem em conjunto, com participação ativa das organizações de mulheres, para maximizar o impacto dos recursos investidos.

Auditorias de Género: Ferramentas Essenciais



Conformidade

Avalia implementação de leis e políticas sobre VBG

Financeira

Verifica alocações orçamentárias para ações de prevenção e resposta à VBG

Desempenho

Analisa impacto real dos programas no combate à VBG

As auditorias de género são instrumentos fundamentais para garantir a eficácia, transparência e equidade das políticas públicas voltadas à igualdade de género e ao empoderamento das mulheres. Elas revelam lacunas estruturais como a ausência de mecanismos de monitoria, subfinanciamento e falta de dados desagregados por sexo.

Auditorias de desempenho e financeiras

Se existem estratégias e planos para prevenir e combater a VBG;

Se os recursos orçamentais estão adequadamente alocados e utilizados para ações contra a VBG

Se os resultados e impactos dessas ações estão a ser monitorados de forma eficaz.

Estas auditorias ajudam a garantir que os compromissos legais e políticos assumidos pelo Estado em matéria de direitos humanos das mulheres sejam efetivamente cumpridos e que as políticas de VBG não fiquem apenas no papel.

Investimento no combate a VBG

Globalmente (data ONU Mulheres)

- Em 2024, apenas 26% de 121 países e territórios tinham sistemas abrangentes para acompanhar as afetações de recursos para a igualdade de género, sem alterações desde 2021. Esta estagnação evidencia lacunas persistentes de capacidade para estimar custos com rigor, afetar recursos e executar a despesa necessária à implementação das leis e políticas nacionais de igualdade de género.
- Segundo a ONU Mulheres em 2023 - **Menos de 0,2% da ajuda governamental global é direcionada para a prevenção da violência de gênero.**

Nos PALOP

- Não se conseguem ver as alocações específicas para o combate a VBG, normalmente incluidas dentro dos programas gerais de Igualdade de Género (sendo que os investimentos são abaixo de 1 % do total do OGE);
- Em Timor Leste se conseguem identificar no ano 2023 0,0095 do total do orçamento de estado erá dedicado a VBG

O exemplo de Timor Leste

INSTITUTIONAL PLANNING DOCUMENTS

VIII Constitutional Government Program (2018-2023)
2.3.2. Woman:
- Continue to implement the National Action Plan Against Gender-Based Violence (PED 2017-2021).
http://timor-leste.gov.tl/?p=19915&lang=pt

Strategic Development Plan 2011 - 2030 — No reference to strategies to combate GBV
http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2011/07/Timor-Leste-Strategic-Plan-2011-20301.pdf

Strategic Plan SEEI (2018 – 2023)
- Develop coordinate and monitor que implementation of policy for GBV prevention;
- Promotion of public leadership at national and local levels considering gender equality and GBV prevention.

National Action Plan – Gender-Based Violence SEM (2017 – 2021)
- Pillar I — Prevention of GBV;
- Pillar II — Provision of Services for Victims;
- Pillar III — Access to Justice for Victims;
- Pillar IV — Coordination, Monitor and Evaluation.

https://asiapacific.unwomen.org/en/digital-library/publications/2017/10/national-action-plan-on-gender-based-violence-2017-2021

National Parliament Resolution nº 12/2010 19 May Related to the preparation of a Budget that considers Gender Equality:
7. Appeal the Government to reenforce its supervising function on the effective execution of all policies related to gender equality, promotes the adoption of legislation foreseeing gender equality and proceeds with the creation of services that support victims of domestic violence;
12. Appeal the Government to attribute adequate financing to iniciatives from non-governmental organizations that complete public services, especially those that provide services to victims of domestic violence.
http://www.mj.gov.tl/jornal/?q=node/1310http://www.mj.gov.tl/jornal/?q=node/1310

Programme 980
Gender Equality and Social Inclusion

Subprogramme 98005

END VIOLENCE AGAINST WOMEN AND GIRLS AND OTHER VULNERABLE COMPONENTS

Expected Outcome:
Improve public knowledge and awareness on gender-based violence (GBV), as well as the active role of the public in the notification and referral of GBV cases

Responsible Institution
Secretariat of State for Equality and Inclusion

Estimated Budget
478,801 USD

Final Budget
478,801 USD

Jan Feb Mar April May June July Aug Sep Oct Nov Dec

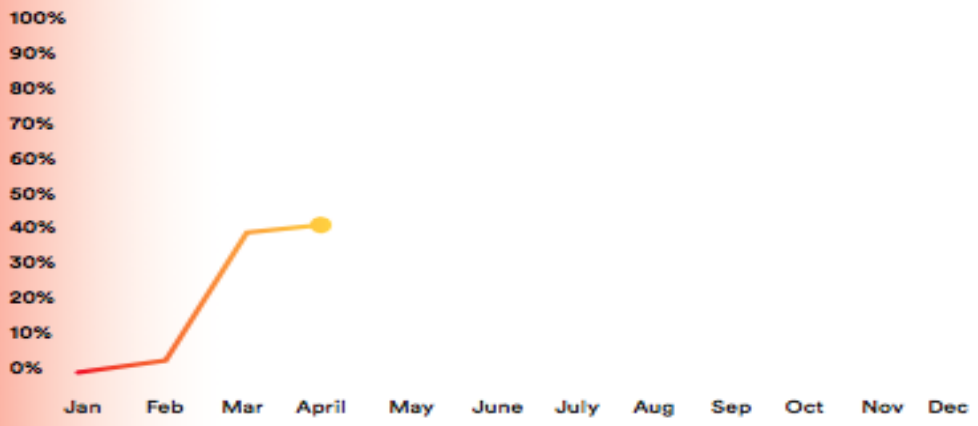
43,8%

Level of Budget Execution of the Subprogramme in **April 2022**

25%

Level of Execution of the General State Budget in **April 2022**

EVOLUTION OF THE BUDGET EXECUTION OF THE SUBPROGRAMME



CRITERIA FOR THE ANALYSIS OF THE SUBPROGRAMME

GENDER MARKER ●

WOMEN'S AUTONOMY ▲

COHERENCE BETWEEN INSTITUTIONAL DOCUMENTS ●

COHERENCE BETWEEN GENDER MARKER AND ACTIVITIES ●

IMPLEMENTATION OF ACTIVITIES

Activity 9800501: Advocacy to ensure victim/survivor's access to justice ■

Activity 9800502: Awareness on GBV prevention ▲

CHALLENGES

· The funds allocated to this program are limited, considering that GBV is a central issue in the country's strategic documents in what concerns gender equality;
· Lack of inclusive components in GBV programs, specifically: creation of shelter houses, access to social protection and urgent social benefits.

RESULTS

· The activity related to awareness can have a direct impact due to its educational character, an important component for sustainability.

RECOMMENDATIONS

· Efective implementation of the activity related to formal justice;
· Increase of the budget allocations for this program, following its importance in the national planning and strategic documents.

Analysis carried out in **February 2022**

STATUS OF EXECUTION

NORMAL ☑
DELAYED ☐
COMPROMISED ☐

5 GENDER EQUALITY

Auditoria coordenada sobre violência baseada no gênero

Problema global com impacto local

1

VBG é uma das violações de direitos humanos mais generalizadas no mundo.

2

Desafio estrutural que perpetua a desigualdade e a exclusão social das mulheres nos PALOP-TL

3

A pandemia de COVID-19 agravou a situação, aumentando a violência doméstica e a vulnerabilidade das mulheres

4

Desigualdade aprofundada por obstáculos como o fraco empoderamento feminino e barreiras para denunciar

Inspiração na experiência da América Latina

Abordagem inspirada na numa auditoria da OLACEFS (23 países)

Aprendemos com eles a usar convenções internacionais e os ODS como base

A iniciativa demonstrou o papel crucial das ISC na promoção da accountability sobre o tema

O modelo provou ser um recurso poderoso para governos e sociedade civil

ACVBG: Experientia Mutua Omnibus Prodest

Maior impacto

Ampliamos o alcance e a profundidade da fiscalização

Mais inteligência

Trocamos conhecimentos e melhores práticas

Melhores equipes

Fortalecemos as competências dos nossos auditores

Soluções reais

Geramos respostas para problemas transnacionais

Unidade no planejamento, autonomia na ação

Planejamento comum

Base de trabalho unificada

Execução independente

Cada ISC conduz sua própria auditoria

Relatórios individuais

Cada ISC emite seu próprio relatório

Relatório consolidado

Documento final que une os principais achados

Objetivo: avaliar o que realmente funciona

Nosso foco

Avaliar a eficácia dos planos e programas de combate à VCM

Nossa lente

O controle externo, para garantir prevenção, punição e erradicação

Nossa referência

O Protocolo de Maputo (*Timor-Leste)

Período em análise

2022-2025 (1º trimestre)

Perguntas-Chave

1. **Eficácia das políticas**

A estrutura de governança e as principais políticas, programas e ações implementadas pelo governo contribuem para o efetivo enfrentamento da Violência Baseada no Gênero?

2. **Recursos e capacidades**

Em que medida o governo alocou e geriu os recursos financeiros, humanos e institucionais necessários para assegurar a adequada implementação das suas políticas de combate à VBG?

3. **Monitoramento e avaliação**

Os mecanismos de monitoramento, avaliação e reporte de dados são adequados para medir o desempenho das ações de combate à VBG e o progresso em relação às metas nacionais e internacionais, como o ODS 5.2?

Atualização metodológica

Acompanhamento	Indicadores	Qualidade dos dados	Transparência
A estrutura de governança para o acompanhamento do ODS 5.2 define claramente **as responsabilidades, as competências e os mecanismos de coordenaçã**o entre os atores governamentais envolvidos?	Os **indicadores de desempenho e as linhas de base** estabelecidos pelo governo são adequados, relevantes e fiáveis para medir o progresso alcançado no combate à VBG e no cumprimento do ODS 5.2?	Os processos e controlos implementados pelo governo asseguram a **produção sistemática de dados** com a qualidade (integridade, tempestividade e fidedignidade) necessária para um monitoramento efetivo das ações de combate à VBG?	Os canais de comunicação existentes para a **divulgação de resultados são eficazes e acessíveis** aos cidadãos e às partes interessadas, e o feedback recebido é sistematicamente utilizado para a melhoria das políticas de combate à VBG?

Radar ACVBG

Ferramenta que avalia a governança das políticas públicas:

Área 1: Eficácia das políticas

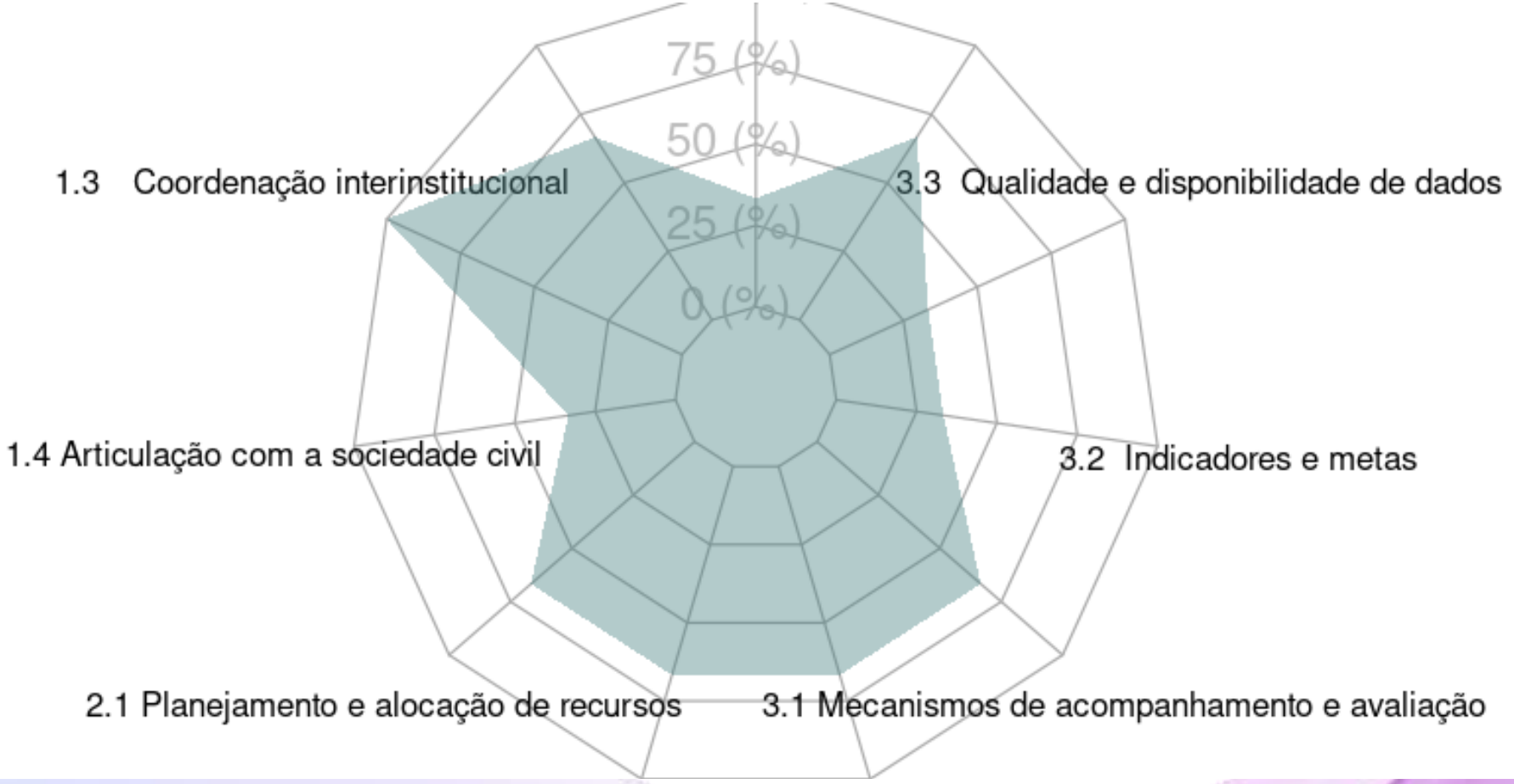
Área 2: Recursos e capacidades

Área 3: Monitoramento e transparência

Escala de avaliação

Escala de implementação com quatro níveis	**Nível 0 (sem implementação):** nenhuma iniciativa ou política foi identificada.
	Nível 1 (baixo): existem definições ou iniciativas incipientes, mas a implementação é limitada.
	Nível 2 (médio): o componente está sendo implementado, mas ainda enfrenta desafios e lacunas.
	Nível 3 (alto): o componente está totalmente implementado, com resultados consistentes e positivos.

Radar ACVBG


75 (%)
50 (%)
25 (%)
0 (%)
1.3 Coordenação interinstitucional
3.3 Qualidade e disponibilidade de dados
1.4 Articulação com a sociedade civil
3.2 Indicadores e metas
2.1 Planejamento e alocação de recursos
3.1 Mecanismos de acompanhamento e avaliação

Atividades: lançamento da ACVBG

- **Lançamento oficial** da ACVBG em um seminário internacional na Cidade da Praia, Cabo Verde
- Assinatura do **Termo de Compromisso**, formalizando a participação das Instituições de Controle (ISC) dos PALOP e Timor-Leste
- Realização de uma **oficina de capacitação** inicial para as equipes de auditoria.
- Treinamento focado na sensibilização sobre questões de gênero e no aprofundamento dos procedimentos de auditoria

Atividades: Oficina de planejamento

- Realização de uma **oficina de planejamento** presencial em Maputo, Moçambique
- Validação da **matriz de planejamento**, definindo questões de auditoria, ferramentas e papéis de trabalho
- **Apresentação da experiência da OLACEFS** para alinhar a metodologia e os objetivos
- Promoção da **integração entre as equipes** para facilitar a troca de informações ao longo do projeto

Atividades: Oficina de consolidação

- Realização da **Oficina de Consolidação** em São Tomé e Príncipe em dezembro de 2025
- Análise conjunta dos **resultados preliminares** apresentados por cada ISC
- **Harmonização da aplicação de conceitos** e capacitação em análise de causa-raiz
- **Construção colaborativa** do esboço do relatório consolidado de alto impacto

Nosso compromisso

01

A ACVBG não é o fim, é o começo, é o **nosso compromisso com a igualdade de gênero**

02

Os resultados servirão para **fortalecer os sistemas de proteção** dos direitos das mulheres

03

Recomendações buscam a **melhoria das políticas públicas de prevenção, punição e erradicação da VBG**

04

Promovemos a **transparência e a responsabilidade** como ferramentas para uma **sociedade mais justa e equitativa**

Discussão

Quais são os sinais mais evidentes de retrocesso nos direitos das mulheres e meninas que você observa em seu país ou região?

Quais estratégias são mais eficazes para enfrentar o backlash online e offline contra os direitos das mulheres?

UNDP